

ESPACIOLOGIA: UMA OBJEÇÃO

Marcelo José Lopes de Souza*

Abstract

The present work aims at analyzing one particular outcome of the traditional logics/ontology with its problems and deformations, the social space autonomization, and, in special, the tendency named spatiology.

Starting from the radical premise that according to the fundamental theoretical contributions of Cornelius Castoriadis, the marxist theory - general philosophical/methodological basis of "spatiology" and of its interlocutors - is, in a radical analysis, a tributary of those logics and ontology, the present essay seeks to contribute for the construction of a revolutionary - non fragmentary, authentically dialectical - approach to the Social reality. Under this view, or on introductory level, the question of spatial autonomization is contextualized, and the formalistic problematic in the social studies sphere is presented and discussed.

A categoria espaço social não é nova no universo das assim chamadas ciências humanas. Referências a ela podem ser encontradas, por exemplo, em clássicos da Geografia Humana ou da Sociologia, ao lado de outras categorias que, segundo o contexto, a eclipsavam ou inclinavam-se a confundir-se com ela: paisagem humanizada, espaço geográfico, território etc. Agora, no entanto, ela foi elevada a uma posição muito mais destacada.

* Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ

Desejo externar minha gratidão para com a Profª Bertha K. Becker (UFRJ) por suas valiosas críticas e sugestões, as quais me ajudaram tornar mais claro o presente texto, ressaltando, contudo, serem de minha inteira responsabilidade as eventuais falhas e omissões do mesmo.

Alvo da atenção de várias disciplinas e de pensadores de variados matizes político-filosóficos e formações acadêmicas, o espaço social tem sido teorizado em bases não-tradicionais sob alguns aspectos importantes. É a uma vertente deste recente movimento de recuperação e valorização, em primeira instância não convencionais, do espaço social como objeto, estudada particularmente entre geógrafos, mas que conta também com participações decisivas de intelectuais com outras formações, que se está chamando de Espaciologia. Essa denominação foi proposta, ao que parece, quase simultaneamente, por Henri Lefebvre¹ e Milton Santos². e qualificaria a ciência do espaço.

A espaciologia tem emergido em estreita associação com autores e tendências que, diferentemente dela, não apontam para a constituição de um saber autônomo, a partir das suas reflexões sobre a espacialidade. Estes autores permanecem interiores às diversas disciplinas do social ou, simplesmente, na conta de um certo posicionamento crítico frente à divisão do trabalho acadêmico em vigor, desprezam a preocupação em torno de estatutos disciplinares, ao menos em estilo burguês. A corrente espaciológica, na verdade, consistiria no alçamento a um plano epistemológico (fundação e estatuto de uma nova ciência) da proposição ontológica da autonomia do espaço às relações sociais o que, a meu ver, é uma resolução incorreta da questão da natureza do relacionamento sociedade/espaço por parte dos espaciólogos e seus interlocutores. Assim, ao objetar o desdobramento de uma certa concepção da sociedade e do espaço até o plano da defesa de um novo campo epistemológico - a espaciologia -, terei ocasião de questionar o próprio alicerce lógico/ontológico desta. Para tanto reportar-me-ei, necessariamente, aos principais autores que com ela dialogam intensamente, apesar de não colocarem para si ou não abraçarem explicitamente o projeto de uma ciência do espaço, que no fundo, é simplesmente a evolução de uma distorção de base.

Devo ressaltar, para evitar mal-entendidos, o sentido amplo em que estou compreendendo o termo Espaciologia. Este sentido, transcendendo os projetos específicos de Henri Lefebvre e Milton Santos, designa aqui uma tendência mais abrangente, a qual

inclui estudiosos que, atendo-se àqueles projetos, e com eles não se identificando, provavelmente não vêem a si mesmos como espaciólogos. Aproveitando a oportunidade, farei duas observações adicionais.

Em primeiro lugar, não quero dar a impressão de que os diversos espaciólogos podem ser enquadrados no mesmo caso. Muito ao contrário, os desacordos e a proliferação de tendências merecem ser salientados, pois me parecem segura expressão da confusão e dos impasses provocados pela impotência e pela inadequação intrínsecas aos referenciais teóricos de base que questionarei neste ensaio. Os próprios projetos de Milton e de Lefebvre, apenas para dar um primeiro e rápido exemplo, guardam uma distância significativa entre si, em termos dos seus conteúdos efetivos: Milton, centralmente interessado em assegurar um lugar para a Geografia entre as ciências humanas na esteira de um prestigiamento do espaço, vendo-o como uma quarta instância da Sociedade (ao lado da econômica, da política e da ideológica); Lefebvre, cuja posição, mais sutil e complexa, e que discutirei em separado mais adiante, por seu turno apresenta-se menos referenciado por horizontes disciplinares.

Por outro lado, também os interlocutores dos espaciólogos mantêm divergências de posicionamento entre si. Edward Soja³ advoga o espaço como uma estrutura horizontal do modo de produção, homóloga à estrutura geral das relações sociais, dita vertical; Manuel Castells⁴ em A Questão Urbana concebe-o como uma espécie de estrutura específica, cujas leis são especificações das leis gerais da Sociedade; Miguel Morales⁵ propõe, à semelhança de Milton Santos, o espaço como uma quarta instância da sociedade; e assim por diante.

Finalmente, como segunda observação, gostaria de frisar a atração especial que uma perspectiva espaciológica exerce entre os geógrafos de formação, pois, para muitos de nós, a sobrevivência da própria Geografia, enquanto disciplina, depende da sua radical conversão numa espaciologia.

A crítica que dirijo à Espaciologia é uma crítica de contexto. Não se trata de questionar indiscriminadamente a validade e a importância dos resultados que, sob o seu signo, têm sido

obtidos no terreno da reflexão teórica sobre o papel do espaço junto à dinâmica global da sociedade apontando inclusive as insuficiências da tradição marxista. Nem se pretende simplesmente atirar na cesta de lixo tudo o que se liga à produção espacial, ou à de seus interlocutores. Não estou sugerindo tampouco, uma descontextualização desses resultados a fim de salvá-los, desligando-os das vias através das quais chegou-se a eles e, ao tentar destruir o alicerce, sem mexer no resto do edifício teórico, perder de vista toda possibilidade de compreensão do verdadeiro significado dessa corrente. Por fim, muito menos estarei aqui fazendo uma crítica interna àquilo que crítico, do tipo corrigir falhas e excessos.

Contundentemente, o que proponho questionarmos é como aqueles resultados às vezes valiosas pistas teórico-gerais - sem contar com as frequentemente relevantes pesquisas particulares -, tem sido conjuntamente encarados e, a partir daí, focalizando o problema mais amplo do caminho tortuoso por meio do qual eles têm sido obtidos. Ora sob um ângulo que, demonstrando parentesco com uma mentalidade cientificista do tipo positivista⁶, ora mais abrangentemente, prisioneiro da lógica/ontologia que Castoriadis⁷ batiza de identitário-conjuntista, são utilizados para legitimar a decretação da autonomia antológica do espaço perante a sociedade, e posteriormente a elevação do conhecimento sócio-espacial ao plano de disciplina, saber epistemologicamente autônomo (a Espaciologia).

Quais são os pressupostos e as implicações desta postura, contra a qual levanto uma objeção? Tentarei a partir de agora responder bem como explicitar a contrapartida que considero mais satisfatória. Isto será feito de maneira essencialmente introdutória, assumindo todos os riscos de focalizar, num pequeno ensaio, um assunto que remete a diversas questões tão complexas quanto polêmicas. Infelizmente, devido a limitações de espaço e oportunidade, este pontapé inicial terá de se conformar com um enfoque bastante generalizante e filosófico; não podendo abraçar diretamente uma avaliação política das implicações e importância dos embates aqui travados junto ao mundo dos pequenos e grandes problemas e conflitos sociais. Penso, contudo, que

não será difícil estabelecer correspondências entre a abstrata batalha de idéias ora sustentadas e várias das questões concretas do nosso tempo.

O espaço social constitui-se, de um ponto de vista preliminar, numa condição de realização de qualquer sociedade. Simplificadamente traduzível pelo binômio terra + benfeitorias, sob a moldura das localizações específicas e da regionalização da produção, do consumo, do poder e das idéias, ambiente hominizado e culturalizado através do trabalho, ele é um substrato para as sociedades concretas ou, para usar uma metáfora muito badalada, pelos estudiosos do social em geral, o "palco". Para os espacialistas e alguns outros, contudo, este palco é também "ator"; como ratificou recentemente um espacialista⁸, mais que requisito para, ele é também fator da evolução social.

À imagem de um prático-inerte sartrano⁹, sua simples presença no curso da história influencia e condiciona aqueles que o produziram, e sobrevive, como rugosidade, após as relações sociais que justificaram sua geração, de tal ou qual maneira, já terem cedido lugar a outras. Dada a multiplicidade de fatores históricos que faz com que os conteúdos e as formas dos ambientes construídos possuam capacidades de sobrevivência e tempos de vida diferentes, o espaço interfere no devir dos homens não apenas, por sua própria presença material (por sua inércia dinâmica, diria apropriadamente Milton Santos), mas intrinsecamente, também, pela resistência de suas formas cristalizadas (as rugosidades de Milton Santos¹⁰, ou o espaço herdado do qual nos fala Alain Lipietz¹¹, e na conformação das novas relações sociais (que se associam aliás a uma espacialidade nova, realização de um espaço projetado, empregando a terminologia de Lipietz).

Temos, assim, uma dialética - a essência da dialética sócio-espacial de Edward Soja¹² - ; uma dialética, no entanto, exteriorizante. Não obstante ser fruto da ação transformadora dos homens, de seu fazer, não contém o Espaço mesmo, em seu ser, esta ação. Embora seja uma condição de existência e um fator do fazer em geral, incluindo-se aí a sua própria produção, não se pode confundir o produto com o seu fazer histórico pelos produ-

tores. Os homens estão necessariamente no espaço, conectados física e mentalmente a um espaço social concreto, mas estritamente não são parte do espaço. Dita de tal forma, a coisa parece trivial e despida de qualquer conteúdo polêmico. Todavia, isto significa que, se por intermédio de uma abstração decompuermos a realidade social que nos envolve e da qual fazemos parte, o objeto-espaço, de per se, resumir-se-á a uma matéria inanimada em si mesma, e dotada de um movimento que lhe é conferido do exterior, pela atuação dos atores sociais.

A esta altura, um leitor crítico poderia observar que, se o espaço é uma condição e um fator da realização destes atores e de seus desempenhos, então estes últimos, que são os ingredientes dinamizadores, não lhe são propriamente exteriores, no sentido de separados, haja vista que eles não se verificam sem aqueles, e vice-versa. Entretanto, este aparentemente inútil e desautorizado desmembramento intelectual é necessário para a presente crítica, na medida em que, valendo-se exatamente da especificidade creditada ao espaço por força de sua dupla relação de causa-efeito com os processos sociais, reclama-se para ele, de n maneiras, autonomia antológica; e, com base nesta, conforme a reivindicação dos espacilólogos, igualmente uma autonomia epistemológica institucionalizada ao nível de um campo individualizado, e não apenas como uma especificação no sentido, por exemplo, de Castells¹³.

As antologias tradicionais, identitário-conjuntistas, não podem colocar a questão do não-autonomismo, estando presas às falsas problemáticas da autonomização de tipo x versus autonomização de tipo y, ignorando que, conquanto não se confundam real ou categoricamente, espaço e sociedade não podem ser vistos como dois elementos de um conjunto, dois entes separáveis. Este fato mascarado é por tais palavras, já que certamente muitos se apressariam em afirmar que jamais entenderam espaço e sociedade como separáveis, a maneira mesma de enfrentamento correto das autonomizações foge ao domínio das antologias e lógicas identitário-conjuntistas, em cujos limites qualquer pretensa recusa aos autonomismos se dá ou a partir de um autonomismo de outro tipo ou, inversamente, de uma submersão do espaço, sendo a sub-

mersão igualmente controlada por fragmentações (em estilo marxista ortodoxo, por exemplo). A dialética sócio-espacial é, enfim, apenas um componente da dinâmica de todo o social concreto. Apartá-la menos ou mais desse contexto, e é isso que sempre acaba acontecendo ao se concebê-la segundo um projeto autonomizador, implica em esterizá-la, formalizá-la.

Se a natureza - segunda possui uma dialética, assim é não somente por ser produto social, mas essencialmente por estar em constante relação viva e dialética com seus produtores, homens em sociedade. A propósito, é bom grifar que o coração de uma dialética sócio-espacial não reside no que alguns denominam a contradição que se estabelece entre espaço projetado e espaço herdado. Isto não passa de uma inevitável e recorrente situação de tensão momentânea, fruto da interação produto - produtor (espaço)/produtoras-condicionadas (relações sociais). Dialectizar o atrito das rugosidades com as novas relações sociais é uma transfiguração, a qual redundando no enfraquecimento do contexto de movimento de ação recíproca, ele sim definidor de uma dialética, onde se inscreve aquele descompasso transitório e, em si mesmo, mecânico. O enfraquecimento do adjetivo dialético advém de e ao mesmo tempo implica numa qualificação como dialéticos de certos esquemas que não contém uma verdadeira contradição dialética, unidade e luta de contrários, como a pretensa contradição entre forças produtivas e relações de produção desmascarada por Castoriadis¹⁴.

Erigir, portanto, em objeto epistemologicamente autônomo o palco, ainda que se trate de um falso-autor, é tão infértil e despido de sentido histórico quanto considerar os atores em desconexão com seu palco concreto. E isto é bem mais antigo que a Espaciologia propriamente dita: entre burgueses e marxistas, muitos podem ser os exemplos. Como se os atores sociais, representando suas peças em algum país maravilhoso sem dimensões, recordando uma chacota de Walter Isard, estivessem para o espaço como para um simples epifenômeno. Esta metáfora teatral, empregada aqui apenas por uma questão de facilidade de comunicação, possui um inconveniente. Como argumentei, a História é aberta à contingência, à indeterminação; assim, ela não admite rotei-

ros pré-estabelecidos. Podemos, logo, continuar falando em palco, atores e peças somente se estas últimas forem vistas como peças de teatro não-convencionais, onde o improvisado e o inesperado são parte da lógica do espetáculo.

O palco é, tanto quanto as próprias relações sociais, a condição de existência dos autores, do mesmo modo como estes são a razão de ser do palco. A essa totalidade viva, vivificada pelo agir e pelo fazer dos homens - e não matéria inerte em si mesma, e que se move porque lhe dão corda ou então ao responder à dinâmica social com a sua inércia -, é que devemos compreender como o único objeto verdadeiramente possível para um projeto de estudo crítico das sociedades, sem fragmentos ontológicos ou as clássicas e inibidoras compartimentações epistemológicas. Esse projeto, por fundar-se numa ontologia onde as sociedades concretas são inconcebíveis fora do indivisível dueto relações sociais e espaço social movimento criador ininterrupto e sua criatura material fundamental, valoriza a espacialidade num contexto onde, para que isso se dê, não é necessária uma capitulação frente aos esquemas de separação da razão analítica, os quais, lamentavelmente, tiram boa parte do ferrão contido em perspectivas tão interessantes quanto aquelas que os espaciólogos muitas vezes nos oferecem.

Buscando amarrar o conceito de Sociedade concreta, e ao mesmo tempo procurando fugir desde já ao economicismo e teleologismo embutidos nos conceitos de modo de produção e formação social, sugiro entendermos por uma sociedade concreta, em sentido específico, aquilo que Castoriadis¹⁵ propõe denominar regime social - ou derivações particulares -, em uma de suas manifestações concretas, o qual, evidentemente, só se pode realizar no contexto da totalização aludida, e por Sociedade concreta, em sentido genérico, aquela "totalização" sob o prisma teórico e global, posto que só se realiza como uma e através de uma sociedade concreta específica e historicamente localizada.

A negação de uma totalização intelectualiva onde o social seja efetivamente concebido como um complexo inteiriço de agentes, movimentos, significações e materiais, dentre estes últimos destacando-se o espaço pela sua magnitude e por suas peculiarida-

des, conduz, inevitavelmente, à comodidade de um formalismo. Devo sublinhar que a totalização aludida não se funda numa idéia de possibilidade de apreensão de uma totalidade escrava de um dever histórico determinado de uma vez por todas por uma lógica essencial e universal. Semelhante holismo, fechado e teleológico, por conseguinte racionalista, é estranho à minha proposta. Ao contrário, a totalidade de que trato neste ensaio é vista como algo em construção e aberto à contingência, e ainda mais: historicamente relativizada, cada imaginário social¹⁶ admite a sua própria totalidade, o seu próprio referencial de totalização. Resumindo, aqui a totalização é uma tentativa, necessariamente presa ao momento histórico e ao imaginário, de viabilizar uma reflexão de conjunto do social, não-fragmentária e crítica da lógica/ontologia identitário-conjuntistas.

A região analítica prima por mutilar a realidade para poder entendê-la - ou por conta, dominá-la (dominar a natureza e os homens, ou, como já observaram, dominar a natureza para dominar os homens). Só que essa realidade assim mutilada e dividida em compartimentos - as instâncias, sistemas, níveis, estruturas ou fatos econômico, político etc. -, não é mais a sociedade viva: é um mero cadáver, uma hipótese conveniente à intelligentsia positiva ou positivizada e suas ontologias analíticas. Esta conveniência, frente ao loteamento epistemológico dos campos e perspectivas de estudo, se afirma a despeito de uma constelação de superposições e ambigüidades, como exemplifica, nos marcos da ciência burguesa, a definição dos interesses da Sociologia perante os das demais disciplinas humanas e, em particular, diante dos da Antropologia Social. Tais incongruências e incômodos epistemológicos, paliativamente remediados por acordos tácitos de demarcação, celebrados na prática, atestam os problemas decorrentes daquelas ontologias.

Não estou aqui preocupado em criticar as salutares interseções de campos, como diriam alguns, ou esse apanágio da ciência moderna que é a interdisciplinaridade, sobre o qual voltarei rapidamente mais adiante. Questiono diretamente a própria essência das lógicas de compartimentação. Encarnado, no plano do saber, a estratégia de dividir para reinar, as ontologias analí-

ticas e suas epistemologias sabotam os projetos de totalização porque sua razão de ser é, historicamente, a instrumentalização controle do social, via fragmentação da realidade e do conhecimento a ser ressocializado. Por isso é que, contrapondo-se a qualquer projeto crítico e unitário, desenvolveram-se, sob o respaldo de motivações políticas gerais e específicas: um discurso sociológico, na prática convertido em discurso da sociedade ocidental sobre si mesma; um discurso antropológico, ou discurso dos ocidentais sobre os povos não-ocidentais; um discurso histórico, ou discurso de modelagem ideológica acerca do passado glorioso da pátria em meio ao universo dos Estados Nação; um discurso econômico, ou discurso da sociedade capitalista sobre as condições e possibilidades de sua administração; um discurso da Ciência Política, ou discurso da gestão do poder nas sociedades burguesas; e um discurso geográfico, ou discurso sobre a grandeza e as potencialidades do território sob o prisma dos recursos naturais e humanos. Apesar das simplificações, é inegável que estes discursos, em suas versões oficiais, desempenharam e ainda desempenham tais papéis.

Sob o ângulo das abordagens controladas pela razão analítica, não se trata de, resumindo, ler aspectos ou dimensões constituintes de uma realidade social, resguardando ao mesmo tempo a sua total integridade enquanto ser dinâmico, complexo e indivisível. O que cumpre fazer é esquartejá-la, atribuindo aos seus membros decepados uma espécie de vida própria que verdadeiramente não têm, reflexo de uma concepção racional-objetivista e instrumental da sociedade da qual deriva uma compartimentação do conhecimento, de algum modo, sempre presente nos marxismos. Entre estes, a aberração maior é, sem contar com a grosseira do stalinismo, o estruturalismo, que gozou e ainda goza de grande popularidade junto aos marxistas de academia. De fato, Althusser e seus discípulos, na tentativa de livrar o marxismo do economicismo e do reducionismo (para o que, sem dúvida, foram obrigados a livrar-se em parte do próprio Marx), desembocou numa combinatória de instâncias ou níveis onde, conforme o modo de produção, um, ou outro destes níveis ou instâncias seria o dominante, mas o determinante em última instância seria sempre

o econômico, sofisticação formal por trás da qual continua a fazer-se presente o economicismo. É à luz deste comprometimento do marxismo que devemos julgar os espaciólogos e seus interlocutores, para os quais o estruturalismo tende a ser uma fonte de inspiração metodológica privilegiada.

Muitas vezes, os marxistas externam seu desespero, seu desprezo para com os compartimentos disciplinares burgueses, como é o caso, por exemplo, de Edward Soja¹⁷, embora isso nem sempre aconteça ... O que é definitivamente comum entre eles, de qualquer forma, é que, incorporando ou não a obediência às disciplinas instituídas, sempre encarnam, de uma maneira ou de outra, uma mentalidade analítica, por mais criticamente elaborada e refinada que ela seja. E isto apesar de inúmeros marxistas certamente não terem embaraços em afirmar, com Castells¹⁸, que as separações no fundo são artificiosas, pois a realidade empírica sempre contém tudo ao mesmo tempo (grifo de Castells). A questão, avançando para além da retórica, é se tal proposta ontológica é realmente levada às últimas consequências em matéria de alternativas a visões anteriores e se a ela se acoplam ferramentas lógicas e analíticas adequadas. Pelo que indicam algumas das mais profundas críticas recentes ao marxismo, a resposta a essa questão deve ser negativa.

É inegável a dívida do marxismo para com a ontologia e a lógica identitário-conjuntistas, as quais habitam o mundo da plena determinidade - em parte estranho ao ser social. É esta dívida de sangue que leva Castoriadis¹⁹ a qualificar a dialética marxista como fechada/racionalista. Ora, é legítimo postularmos que, se uma dialética autêntica, que se afirme como modo de ser inconfundível e exclusivo do social, não admite racionalismo, projeções do sujeito à frente do objeto, em nome de sejam lá quais forem nobres princípios, então o marxismo (como seu pai, o hegelianismo), ou, pelo menos, aquela faceta do pensamento de Marx que terminou por afirmar-se como a dominante no contexto da sua obra e da maioria dos epígonos, não está assentado sobre um solo dialético global. Na verdade, o que encontramos no Marx maduro, para usar uma adjetivação de sabor althusseriano, no Marx de O Capital, são momentos dialéticos a-

prisionados num sistema lógico geral impregnado de vícios da sua época - analiticismos, naturalismo, cientificismo, objetivismo e teleogia.

A propósito, especificamente, de Henri Lefebvre, devo destacar que seu pensamento possui um vigor e originalidade raros na maioria dos marxistas contemporâneos. Seu projeto atual, nem sempre bem compreendido, tem sido, com frequência, tomado como referencial por aqueles que abraçaram a causa espaciológica. É ledado engano supor-se, no entanto, que ele tenha visto a sua spatio-logie, ou spatio-analyse, la science de l'espace, como uma disciplina propriamente, acrescentável ao elenco presente de ciências humanas. Seguindo a bandeira da Economia Política marxista, abrangente proposta de enfoque, via economia, do social, sua Espaciologia foi concebida como uma economia política do espaço, ou a economia política adaptada ao exame do capitalismo em suas condições atuais, quando a produção do espaço é tida, por ele, como fator fundamental para a sobrevivência do próprio modo de produção. A valorização da espacialidade a expensas de um enfoque daquela natureza, com raízes comprometidas pelo racional-objetivismo e pelo instrumentalismo, faz com que a estimulante percepção de Lefebvre sobre o novo momento social seja veiculada através de um projeto que, a meu ver, não pode se constituir na resposta global mais adequada às espaçofobias marxistas, isto sob o prisma de uma radical totalização do social a nível filosófico e metodológico. Apesar de ter exagerado o papel do espaço e de ter co-introduzido o termo espaciologia, o refinamento e o teor mais crítico da posição de Lefebvre demandam para ela, porém, com efeito um questionamento ligeiramente singularizado.

Não existe instância (ou estrutura) econômica, organicamente individualizada, com leis próprias, frente a uma instância político-institucional, de sua parte distinta de uma instância cultural-ideológica, à semelhança do que, no mundo da natureza, seriam os componentes biótico, climático, pedológico, geomorfológico etc. de um ecossistema. O que existe é uma realidade social infragmentável, porque dialética, complexo magma, para usar a sugestiva expressão e o conceito de Castoriadis²⁰, com as

suas diversas faces, historicamente criadas e fluidas, as quais, dimensões fundamentais e mutantes, de um real socialmente construído, se apresentam sempre numa vinculação irreduzível a esquemas identitário-conjuntistas, em qualquer manifestação particular.

Tratando-se de uma totalidade dialética, a discriminação de níveis de autonomia relativa ou o estabelecimento de hierarquia entre as partes convertem-se em exercícios formalísticos, equivocados e estéreis. Não basta dizer que as esferas econômica, política e ideológica se condicionam reciprocamente e de igual para igual; isto elimina o economicismo, mas não o analiticismo. Também não é suficiente, para tornar menos simplista o esquema, multiplicar/subdividir as esferas. O que ocorre, fundamentalmente, é que não só o pluralismo não pode ser expresso à base de esferas, posto que a economia, a política, a cultura não são mais do que faces (e, em certo sentido, máscaras) de um todo indivisível, como também a amplitude e o conteúdo de cada face não são trans-históricos, e a discriminação válida para uma sociedade pode não sê-lo para outra. Não que não devamos distinguir as várias faces do todo, o que aliás seria a melhor forma de evitar compreender o que se passa à nossa volta... Insisto é no cuidado crítico que se precisa tomar, quando de tais distinções, segundo o que foi exposto acima.

Fenomenicamente, em certas circunstâncias, uma das faces pode aparecer como mais importante que os demais no único sentido autorizado: enquanto dimensão privilegiada, assim eleita pelo imaginário social, isto ilustra a tese castoriadiana de que, conquanto não-reduzível a um esquema de tipo identitário - conjuntista, o social a isso recorre para exprimir-se e representar-se. Caracteriza, por exemplo, o imaginário capitalístico a segmentação do social em esferas econômica, política, cultural etc., privilegiando, ao nível da produção de subjetividade, a dimensão econômica. Conquanto não seja possível esmiuçar isso aqui, esta incorporação do imaginário capitalístico é a primeira barreira a um projeto de transformação radical da sociedade, como vêm demonstrando os países do socialismo real.

Parece-me interessante, procedendo a uma fusão da sugestão

terminológica de Guattari²¹ (sociedades capitaliscas) com o conceito castoriadiano de imaginário social, juntar o imaginário, capitalista (pertinente ao regime social que Castoriadis denomina capitalismo burocrático fragmentado com o imaginário socialista real (pertinente ao capitalismo burocrático total, de acordo com a terminologia castoriadiana), os quais em última análise constituem um imaginário só sob o rótulo de imaginário capitalístico.

Assim sendo, é lastimável ver os espaciólogos e alguns de seus interlocutores, divergências internas à parte, insistirem para que se acrescente, à atual lista de instâncias ou correlatos, mais uma, a espacial, o que se legitimaria em função de sua autonomia relativa perante os processos sociais, expressa através da dialética sócio-espacial. É bem verdade que o próprio Edward Soja, em seu principal ensaio, rejeita a idéia da estrutura separada, com leis próprias, mas, no final das contas, a sua percepção de uma homologia dialética entre as estruturas espacial e social do modo de produção, com o sentido de que os conflitos sociais são homólogos às desigualdades espaciais, e com estas dialeticamente relacionados, se faz por uma via afetada por autonomizações antológicas - o materialismo histórico.

Ainda que valioso - pois é inegável que a percepção de uma interação espaço/sociedade tal como realizada pelos espaciólogos, é um avanço em relação às reflexões anteriores sobre o espaço, e é verdade que o espaço possui, não uma realidade própria (pelo menos não no sentido que usualmente se atribuiria a isso), mas naturalmente um papel essencial. Em sua condição de requisito e fator, produto-produtor -, ainda que valioso, repito, o conhecimento espaciológico endossa e reivindica canais de expressão e reconhecimento intelectual que selam um compromisso com suas origens afetadas pelo racional-objetivismo e instrumentalismo, e o limitam. Do ponto de vista imediato de um geógrafo profissional, que vê neste expediente uma garantia formal de seu campo de atuação, na proporção em que é uma alternativa para salvar sua disciplina, desprestigiada e imersa em profunda crise de reconhecimento acadêmico, a postura é, ao menos, compreensível. Entretanto, e esta é, a meu ver, a questão

central, perante uma estratégia de contestação paralela que congregue todos os estudiosos do social, a Espaciologia não encarna uma vanguarda e nem sequer uma promessa.

Daí, precisamente, decorre o caráter revolucionário de uma ontologia do social-concreto, desde que este seja visto de modo integrador, em sentido magmático, dialético, uma dialética aberta, não-determinística, autêntica. Ela é, por excelência, e enquanto fundamentadora de uma abordagem original, a negação das parcializações e petrificações, a negação da razão analítica. É entendendo tal contexto que o espaço pode vir a preencher decisivo papel como uma categoria basilar no bojo de uma perspectiva que, à luz dos processos históricos de constituição das sociedades, unifique adequadamente espacialidade e relações sociais.

Por outro lado, endossando-se a divisão do trabalho acadêmico, instituída pelo imaginário capitalístico e buscando prestigiar o espaço como objeto nesses marcos (o que inclui não só a Espaciologia, mas as também limitativas tendências de valorização em bases não-convencionais, porém não-autonomistas, endossadoras das disciplinas tradicionais ou conformes à abrangência do materialismo histórico), perde-se de vista a possibilidade de construção de uma abordagem como a mencionada, a qual, muito mais que de uma interdisciplinaridade nova, necessita de uma adisciplinaridade.

A defesa de uma interdisciplinaridade nova foi assumida por Milton Santos²² que, revelando influências do marxismo de tipo estruturalista, reclama o espaço como uma instância da sociedade global que, embora carregada de especificidade, viria, somar-se, como já exposto no corpo do texto, às usuais instâncias econômica, política e ideológica. De minha parte, penso que a única proposta coerente com a razão dialética é a de uma adisciplinaridade, sugestiva palavra que, sem pudores, tomo de empréstimo ao marxista Massimo Quaini²³.

No meu entendimento, a adisciplinaridade assumindo uma lógica e uma ontologia genuinamente dialéticas, consistiria em aceitar como limite de uma intelecção somente aquele que, segundo o julgamento do sujeito, é mais ou menos estabelecido pela

amplitude da sua questão, bem como os fatores limitantes de aprofundamento para cada sujeito em particular. Longe de representar o caos, esta adisciplinaridade representaria o exorcismo das compartimentações alienantes e dos constrangimentos exteriores à elucidação da questão, vindo nesta o único referencial verdadeiramente relevante. Naturalmente, a alterantiva adisciplinar requer, para o seu pleno florescimento, um novo contexto social, o que todavia não impede que, sem quixotismos e com os pés no chão, desde já nos engajemos numa estratégia marginal de reflexão e transformação do social.

Algumas afirmações de princípio. O espaço não é, falando com precisão, também agente, mas sim apenas paciente da história (note-se bem, ainda que um paciente muito especial, cuja materialidade condiciona decisivamente os agentes).

A despeito da dialética sócio-espacial, que, meramente, retrata a dialética entre agentes e paciente, não existe, por definição, mas também pelo puro bom-senso, agente histórico afora a própria ação criadora dos homens. Este influencia e condiciona, pela sua simples presença já, desde que é produzido desta ou daquela maneira e ainda mais pela resistência de suas formas que se cristalizam, o movimento social, mas não é o movimento. Se atentarmos para o velho princípio de que o todo é maior que a soma das partes, veremos que o espaço só adquire caráter dinâmico e dialético nos marcos efetivos em que ele se encerra, isto é, como uma dimensão material de uma sociedade concreta particular. Fora desta moldura, como numa cidade fantasma, o que temos é um produto estático e não um produto produtor, uma vez que se quebra o vínculo que propicia os dois lados da moeda.

Afinal, a dialética sócio-espacial não existe senão no contexto indivisível da dialética estabelecida pelos homens ao se relacionarem entre si e com as naturezas (primeira e segunda) quando da (re) construção, interminável, das sociedades concretas. O movimento social é algo que transforma o espaço e é por ele influenciado, sob ação de sua inércia dinâmica; mas nem por isso deixa de ser inconfundível, na interpretação de que, sem qualquer analiticismo, as dimensões movimento (criação) e

matéria (inércia dinâmica) são de fato, distintos, embora de modo algum separáveis.

Esse movimento, que outra coisa não é senão a realização da coexistência social e de suas sinergias traduzidas em ações, pertinente ao contexto efetivo de um dado imaginário social, é a dimensão criadora de um complexo - social-concreto -, o qual se torna tangível através de materiais e artefatos que possuem uma expressão simbólica e um conteúdo institucional (fato de instituição lato sensu, instituição social-histórica²⁴).

Tais materiais e artefatos - ou no sentido sartreano original do prático-inerte²⁵, a materialidade social no seu todo, a partir do instante em que são gerados, como disse acima, afetam já o seu criador; a criatura torna assim criadora na medida em que condiciona as ações futuras e os projetos ulteriores de seus criadores.

É ao todo de movimentos criadores e criações culturais, com ou sem uma expressão material que os torne tangíveis, que corresponde, em última análise, a sociedade concreta, em cuja incessante auto-criação consiste a história (criação de imaginários, e em tais marcos, de relações e materiais; instalação da dinâmica social, a partir dela mesma, de maneira aberta à contingência e indeterminável por leis supra-históricas).

Por outro lado, tão ilegítima quanto a autonomização do espaço é a sua subestimação. É isso que acontece, por exemplo, em David Harvey²⁶, o qual registra que há, indubitavelmente, uma porção substancial do processo social que opera independentemente da forma espacial. Sem concordar contextualmente com a crítica de Edward Soja²⁷, sou não obstante forçado a dar-lhe razão quando ele denuncia a limitação do papel do espaço embutida numa visão marxista tradicional como a de Harvey.

Ora, não é admissível restringirmos o caráter condicionante da inércia dinâmica espacial a somente alguns tipos de processos. Ou a inércia dinâmica (de certo modo reconhecida pelo próprio Harvey) é uma quimera, uma miragem, ou, se ela existe, existe sempre, em toda parte e ininterruptamente. Esta discussão, como as demais, sem dúvida dá pano pra mangas. De acordo com os princípios anteriormente delineados, entretanto, devo

reclamar desde já a substituição de um enfoque como o de Harvey, pautado em incômodas restrições de esfera de influência, por outro, que se pautem em mediações e evidências maiores ou menores. Noutras palavras, postulo que a questão é, simultaneamente, de dissolução em graus diferenciados da presença do espaço-condicionamentos da espacialidade e espacializações de relações sociais - no conteúdo da organização da sociedade, devido as complexas mediações entre os diversos processos atuantes e a sua produção, e de um problema de percepção, ao ser o assunto equivocadamente colocado em termos de limitação do alcance do papel e da presença do espaço.

O que tentei demonstrar com toda a discussão levada até agora, portanto, longe de significar uma nova maneira de negligenciar o espaço, por exemplo, vendo-o como um componente de alcance limitado (tal como em Harvey), é que, a menos que a espacialidade possa ser considerada interiormente a uma abordagem do concreto social, mais uma vez, apesar da dialética sócio-espacial, aquele será formalizado, posto como algo impertinente e elevado ao status de objeto epistemológica e/ou ontologicamente autônomo.

A percepção correta dessa dialética nos envia ou reenvia à compreensão da genuína existência dialética do ser social sua percepção pelas vias autonomizadoras, porém, equivale a um passo para a frente e dois para trás, pois reforça toda a lógica/ontologia analíticas.

Observamos que, com respaldo na separação entre objeto real e objeto de conhecimento, cujas origens formalísticas foram alvo de cabais desmascaramentos, poder-se-ia argumentar que, embora o real seja o que estou chamando de sociedades concretas, o estudo específico e autônomo do espaço é válido sob um ângulo prático da produção do conhecimento científico, isto é, sob o ângulo da divisão do trabalho acadêmico em estilo capitalístico e sua epistemologia. tendo em mente essa formalização ressalto que, nos limites de uma Espaciologia, tangenciamos a dialética, mas não a acolhemos verdadeiramente, na medida em que perdemos de vista o pleno contexto onde se realiza efetivamente o movimento dialético.

A rejeição da idéia de que a essência do real é inatingível, havendo o progresso do conhecimento por aproximações sucessivas graças ao acúmulo de dados (empirismo) ou ao aperfeiçoamento das leis, teorias e modelos (racionalismo), é subjacente à crítica do positivismo encetada pela Escola de Frankfurt. Tal idéia, premissa da separação entre objeto real e objeto de conhecimento, tem na verdade encontrado disfarçada acolhida entre certas modalidades de marxismo, frente as quais ela figura como uma solução conveniente de banimento de empirismo, sem atentar para o tributo que se paga ao outro lado da moeda, o racionalismo. Um exemplar reproche da separação pode ser apreciado também em Marilena Chauí²⁸.

Qual é o sentido, anti-formalisticamente falando, de se erigir em objeto de um pensamento sobre o social algo que não existe como um para-si mas apenas como um para-outro (para a totalidade), por mais complexamente relevante que seja o seu papel no mundo contemporâneo? Após tantas aventuras e desventuras da reflexão crítica sobre o social, a lição que devemos extrair é que, neste campo, ou se compreende a realidade sob uma ótica radicalmente nova, rompendo com a antologia e a lógica identitário-conjuntista, ou se cai inevitavelmente, ainda que de modo por vezes sutil, em todos ou em alguns dos vícios que delas derivam - analiticismos, objetivismo, teleologia etc. Se não há cabimento em colocarmos os homens no país maravilhoso sem dimensões, por que pareceria menos reprovável advogar, na aceção espaciológica e afins, uma realidade própria, e a partir daí reivindicar um estudo epistemológico próprio para o palco em si?

O palco-em-si, como venho argumentando, não tem significação histórica, nem carrega uma verdadeira dialética. Não há, resgatando Merleau-Ponty, dialética possível na matéria inerte (bruta ou trabalhada, tanto faz), mas somente na matéria em relação à consciência com o espírito reflexivo e transformador. Só há dialética na materialidade do fazer e do fazer-se históricos dos homens. E a dialética assim instaurada só pode ser convenientemente levada em conta se assumirmos aquela relação plenamente, vale dizer, sem a sua fragmentação por meio dos es-

quem as lógicas-ontológicas indetritário-conjuntistas, expediente que, fruto de uma visão de mundo enraizada mesmo em opositores da sociedade burguesa, encobre e deturpa a pretexto de clarificar e organizar. Logo a rejeição da espacialidade, tal como efetuada aqui, não só não acoberta qualquer orientação conservadora da direção de uma desatenção para com o espaço, como figura mesmo na conta de uma alternativa genuinamente crítica para o tratamento da espacialidade, incorporando contribuições de recentes tendências, de questionamento amplo ao saber instituído sobre o social.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - ADORNO, Theodor W. Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã. In: BENJAMIN, HORKHEIMER, ADORNO, HABERMAS. Textos escolhidos. São Paulo, Abril Cultural, 1985. Col. os Pensadores, 18.
- 2 - BECKER, B. et alii, org. Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.
- 3 - CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- 4 - CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- 5 - ——. O domínio Social-histórico, In: ——. os destinos do totalitarismo e outros escritos. Porto Alegre, LP&M, 1985.
- 6 - CHAUI, Marilena. Crítica e ideologia. In: ——. Cultura e Democracia. São Paulo, Moderna, 1982.
- 7 - GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. Micropolítica: Cartografias do Desejo. Petrópolis, Vozes, 1986.
- 8 - HAVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo, Hucitec, 1980.

- 9 - LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. 2 ed. Paris, Anthropos, 1981.
- 10 - LIPIETZ, Alain. The Structuration of space, the problem of land and spatial policy. In: CARREY et alii. Regions in crisis, apud SOJA, E.W. Uma concepção materialista da espacialidade. In: BECKER et alii. Uma concepção materialista da espacialidade(1983).
- 11 - MORALES, Miguel. Estado e desenvolvimento regional. In: BECKER et alii,(org). Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.
- 12 - QUAINI, Massimo. Marxismo e geografia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 13 - SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1978.
- 14 - SANTOS, Milton. Uma palavrinha a mais sobre a natureza e o conceito de espaço. In: ———. Espaço e Método. São Paulo, Nobel, 1985.
- 15 - SARTRE, Jean Paul. Critique de la raison dialectique. Paris, Gallimard 1960.
- 16 - SOJA, Edward W. The socio-spatial dialectic. Anais de AAG, 1980, vol.70, nº 2.

NOTAS

- 1 LEFEBVRE (1981)
- 2 SANTOS (1978) p. 195, nota 2
- 3 SOJA (1980)
- 4 CASTELLS (1983)
- 5 MORALES (1983)
- 6 ADORNO (1975)
- 7 CASTORIADIS (1982)
- 8 SANTOS (1985)
- 9 SANTOS (1985)
- 10 SANTOS (1978)

- 11 LIPIETZ (1980)
- 12 SOJA (1980)
- 13 CASTELLS (1983)
- 14 CASTORIADIS (1982) p. 29-30
- 15 CASTORIADIS (1985)
- 16 CASTORIADIS (1982)
- 17 SOJA (1980)
- 18 CASTELLS (1983)
- 19 CASTORIADIS (1982)
- 20 CASTORIADIS (1985)
- 21 GUATARI & ROLNIK (1986), CASTORIADIS (1985)
- 22 SANTOS (1978)
- 23 QUAINI(1979)
- 24 CASTORIADIS (1985)
- 25 SARTRE (1960)
- 26 HARVEY (1980)
- 27 SOJA (1980)
- 28 CHAUFÍ (1982)